



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer nº 11 ao projeto de lei
n. 4/2017, de autoria do Chefe do Poder
Executivo Municipal.

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

1. De autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, o projeto de lei em epígrafe define nova tabela de referências dos servidores públicos municipais da Administração Direta.
2. A propositura foi recebida em 10/02/2017, lida no expediente do dia 13/02/2017 e encaminhada a esta Comissão Permanente na mesma data.
3. Na Mensagem consta que o presente projeto se justifica porquanto há uma situação que necessita ser objetivamente equacionada inicialmente por conta das referências 01, 02 e 03 que se encontravam em desacordo com o salário mínimo nacional e que a cada ano vinham sendo agrupadas.
4. Outro ajuste está relacionado com a adequação dos vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde que, por conta do piso nacional, não podem ter seus vencimentos compensados por gratificações.
5. A propositura ainda prevê a extinção de gratificação com incorporação dos valores aos vencimentos dos cargos de Diretores Executivos, Diretores de Departamento, Chefe de Gabinete e de demais cargos em comissão.
6. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

7. Compete a esta Comissão Permanente opinar sobre proposições que fixem vencimentos do funcionalismo, conforme previsão do art.46, II, “f” do Regimento Interno.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

8. A matéria em análise é de legitimidade municipal, tendo sido observada a competência de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do inciso III do art. 63 da Lei Orgânica combinado com art. 61, §1º, II, “a” da Constituição Federal.

9. A reserva de lei foi observada nos termos dos dispositivos anteriormente mencionados.

10. **No mérito**, constata-se que a implantação da nova tabela é necessária para se evitar o aglutinamento de vencimentos-base de servidores, bem como para fins de adequações já mencionadas neste parecer.

11. A demonstração trienal de impacto orçamentário foi encaminhada conjuntamente com a propositura, bem como a declaração do ordenador de despesa de que as despesas oriundas do projeto dispõem de suficiente dotação e firme e consistente expectativa de suporte de caixa, conforme exigência do art. 16, I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. O índice de gastos com pessoal ficará, de acordo com as informações constantes na propositura, abaixo de cinquenta por cento.

13. Não obstante a regularidade da propositura, verificou-se a necessidade de emendas para correções gramaticais e de pontuação na ementa e nos arts. 4º, 5º, 9º, 10 e 11, os quais não apresentarão mudança do sentido literal.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela regularidade do projeto de lei n. 4/2017 do Poder Executivo, pelo que somos favoráveis a sua deliberação pelo Plenário da Câmara Municipal, com a emenda proposta.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2017.

MÁRIO AUGUSTO AMARO MIRANDA

Relator da CFO



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP
CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

PELAS CONCLUSÕES:


MILTON TICACA
Presidente da CFO


SÉRGIO CHEMITE
Membro da CFO